

MERCADOS



Com Petrobras e Vale, Bovespa sobe 1,63%, aos 128,8 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL
E JÚLIA PESTANA/AE

Vindo de perda de 1% acumulada no intervalo anterior, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou a semana em tom positivo, favorecido por bom desempenho das ações de maior liquidez, em especial Vale (ON +5,46%), com o avanço de 3% nos contratos futuros de minério na retomada dos negócios com a commodity no gigante asiático, após o feriado da semana passada - os preços do insumo chegaram a subir 6% durante a sessão por lá.

Com recuperação mais firme também em Petrobras (ON +1,43%, PN +1,39%) no fechamento. O Ibovespa (Índice Bovespa) ganhou dinamismo perto do fim do dia, e chegou a recuperar a linha de 129 mil pontos, marca não vista em fechamento desde 20 de março.

Embora a alta da preferencial de Petrobras tenha chegado a superar 2% no fim da tarde, acomodou-se abaixo deste limiar no fechamento, fazendo com que o Ibovespa não sustentasse o nível dos 129 mil.

Além das ações de commodities, o desempenho do Ibovespa nesta segunda-feira contou com o apoio de ganhos bem distribuídos no setor fi-

nanceiro (Itaú PN +1,5%, BB ON +1,56%, Bradesco PN +0,69%), o de maior peso no Ibovespa. Assim, o índice da B3 avançou nesta segunda-feira 1,63%, aos 128.857,16 pontos, entre mínima de 126.796,42 e máxima de 129.178,14 (+1,88%) na sessão, em dia de fechamento moderadamente negativo para Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq, em Nova York, com ajuste inferior a -0,1%.

Na B3, o giro ficou em R\$ 19,3 bilhões nesta abertura de semana. No mês, o Ibovespa passa a subir 0,59%, com perda no ano ainda a 3,97%. Na ponta do índice na sessão, destaque para Dexco (+5,85%), Usiminas (também +5,85%) e Vale (+5,46%). No lado oposto, Braskem (-2,84%), Pão de Açúcar (-2,61%) e IRB (-2,6%)

DÓLAR CAI 0,68%

O dólar abriu a semana em baixa firme no mercado doméstico de câmbio, interrompendo uma sequência de dois pregões de alta.

Com mínima a R\$ 5,0258 no início da tarde, a moeda fechou ontem em baixa de 0,68%, cotada a R\$ 5,0312. Com isso, os ganhos acumulados nos seis primeiros pregões de abril passaram a ser de 0,32%. No ano, a divisa avança 3,66%.

FGTS FUTURO

Caixa inicia contratação de financiamentos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os trabalhadores de carteira assinada com renda de até R\$ 2.640 já podem contratar financiamentos do Minha Casa, Minha Vida usando depósitos futuros que o empregador fizer no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ontem, a Caixa Econômica Federal começou a oferecer linhas de crédito do FGTS Futuro.

No momento da contratação do crédito habitacional, o titular da conta vinculada do FGTS deverá autorizar a caução dos depósitos futuros pelo empregador por até 120 meses. Segundo a Caixa, a autorização poderá ser feita diretamente pelo aplicativo FGTS.

Em tese, a instituição financeira teria até 90 dias após definir as normas operacionais para começar a comercializar o FGTS Futuro, mas o prazo foi antecipado. Em 26 de março, o Conselho Curador do FGTS regulamentar o FGTS Futuro para a compra da casa própria.

Durante a contratação, o banco informará ao trabalhador o valor da prestação e a capaci-

dade de pagamento com ou sem os depósitos futuros. Caberá ao mutuário escolher a modalidade de crédito. Caso opte pelo FGTS Futuro, os depósitos que vierem a ser feitos pelo empregador serão bloqueados na conta vinculada até a quitação total do saldo devedor.

Caso seja demitido, o trabalhador não poderá sacar o saldo da conta atrelado ao financiamento do imóvel. Todo o excedente disponível na conta de FGTS será usado para reduzir a dívida, com exceção do recolhimento da multa rescisória de 40% no caso de demissão, que é exclusiva do trabalhador.

A opção pelo FGTS Futuro só pode ser feita no momento da contratação da linha de crédito. Caso o cliente não opte nesse momento, posteriormente poderá fazer uso dos recursos depositados em sua conta vinculada do FGTS, conforme demais modalidades previstas em lei. A Caixa esclarece que o uso ou não desse recurso será decidido exclusivamente pelo trabalhador e valerá apenas para os novos contratos de financiamento.

Nota

BRASIL SOBE 2 DEGRAUS E ATINGE 6º LUGAR NO RANKING IRENA DE CAPACIDADE SOLAR INSTALADA

O Brasil subiu duas posições no ranking de capacidade instalada de energia solar fotovoltaica no mundo em 2023, atingindo o sexto lugar, com 37,4 gigawatts (GW), informou a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar) a partir de dados da Agência Internacional para as Energias Renováveis (Irena). "A sexta colocação coloca o País em posição de destaque na geopolítica global de transição energética e é fruto dos cerca de 11,9 gigawatts (GW) adicionados da fonte solar no ano de 2023", informou a Absolar em nota ontem.

ANFAVEA

Produção de veículos cresce 3,2% em relação a fevereiro

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

No mês de março, o licenciamento e a produção de veículos no Brasil apresentaram crescimento em relação a fevereiro, informou ontem a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). No entanto, ambos manifestaram queda na comparação anual.

Em relação ao licenciamento, o crescimento foi 13,6% ante fevereiro, com 187.731 unidades comercializadas. O licenciamento incluiu tanto veículos leves quanto caminhões e ônibus.

Por outro lado, houve queda

de 5,7% em comparação a março do ano passado o que, para o presidente da Anfavea, pode ser explicado pelo fato de março deste ano ter tido três dias úteis a menos que março de 2023. "A média diária de vendas (em março) foi de 9,4 mil unidades", disse Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea.

Já a produção cresceu 3,2% em comparação a fevereiro deste ano, com 195.751 unidades montadas. "A produção foi a melhor desde novembro e vai se ajustando à crescente demanda do mercado. Em março, ela se aproximou do patamar de 200 mil unidades", disse Leite. Mas em relação ao mesmo mês do

ano passado foi registrada queda na produção de 11,8%.

"Um detalhe, que não consta ainda desses números: a primeira semana de abril foi a melhor primeira semana do mês de abril desde 2014. Isso é uma tendência de que o mercado vem com crescimento", acrescentou.

As exportações também apresentaram comportamento positivo na comparação mensal, com aumento de 6,5% no período. "Março teve o melhor resultado em sete meses", disse o presidente da Anfavea. Na comparação anual, no entanto, houve queda de 28%, com 32.706 unidades embarcadas. "Isso se

deve, em especial, à queda nos mercados de destino como Argentina, Chile, Colômbia, Equador e Uruguai e, ao mercado do México, que especialmente em março, por uma questão de sazonalidade, teve uma queda. E isso impactou nas nossas exportações", acrescentou.

Os empregos no setor, por sua vez, mantiveram uma certa estabilidade, com leve crescimento em relação a fevereiro e uma pequena queda na comparação com março do ano passado. Em março 101.404 pessoas estavam empregadas no setor, o que significou aumento de 0,7% ante fevereiro e queda de 0,2% em relação a março de 2023.

MDIC

Balança tem superávit de US\$ 2,87 bi na primeira semana de abril

SANDRA MANFRINI/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 2,87 bilhões na primeira semana de abril, segundo dados divulgados ontem, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O saldo positivo foi resultado de exportações de US\$

7,686 bilhões e importações de US\$ 4,809 bilhões.

No acumulado do ano, o saldo comercial é superavitário em US\$ 21,956 bilhões, com exportações totalizando US\$ 85,958 bilhões e importações, US\$ 64,003 bilhões.

Pela média diária, as exportações registradas na primeira semana de abril registraram alta de 2,1% na comparação com a

média diária de abril de 2023. Já em relação às importações, houve queda de 9,6% na mesma base de comparação em relação à média diária.

Com relação às exportações, no desempenho na primeira semana de abril na comparação com igual mês do ano passado, pela média diária, foi verificada queda de 16,2% em Agropecuária; alta de 38,6% em Indústria

Extraativa; e crescimento de 1,2% em produtos da indústria de transformação.

Já as importações, no mesmo período de comparação, o desempenho dos setores pela média diária foi de alta de 16,9% em Agropecuária; queda de 58,7% em Indústria Extraativa; e queda de 4,8% em produtos de indústria da transformação.

BANCO CENTRAL

Pix atinge marca recorde e supera 200 milhões de transações em um dia

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Sistema de transferências instantâneas do Banco Central (BC), o Pix bateu novo recorde na última sexta-feira. Pela primeira vez, a modalidade superou a marca de 200 milhões de transações em 24 horas. Somente no último dia 5, foram feitas 201,6 mi-

lhões de transferências via Pix para usuários finais. Diferentemente dos recordes recentes, dessa vez a alta demanda comprometeu o funcionamento do Pix. Segundo o BC, os sistemas do órgão funcionaram com estabilidade, mas diversas instituições financeiras registraram instabilidade na ferramenta Pix ao

longo de toda a sexta-feira.

No sábado passado, foram feitas 171,4 milhões de transações. Segundo o BC, o volume é recorde para esse dia da semana.

O recorde diário anterior tinha sido registrado em 7 de março, com 178,686 milhões de transações num único dia.

Criado em novembro de 2020,

o Pix acumulou, no fim de março, 161,99 milhões de usuários, conforme as estatísticas mensais mais recentes. Desse total, 147,95 milhões eram pessoas físicas; e 14,04 milhões, pessoas jurídicas. Em fevereiro, segundo os dados consolidados mais recentes, o sistema superou a marca de R\$ 1,71 trilhão movimentados.

G20 BRASIL

Goldfajn defende pragmatismo em mudanças na governança global

Em entrevista concedida ao site do G20 Brasil, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ex-presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, destacou que seu mandato à frente da instituição e dos bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento está em consonância com a presidência do G20 pelo Brasil de criar consensos para avançar em questões como a mudança da governança global. Goldfajn defendeu ainda o pragmatismo para se trabalhar em temas que têm o acordo de todos os países, como o combate às desigualdades e imposto internacional, entre outros.

"Uma boa mensagem é: vamos tentar trabalhar pragmaticamente focando nas pessoas de cada país, nos mais vulneráveis, tentando, juntos, cuidar deles", disse ele, lembrando em seguida que o encontro de ministros de Finanças do G20 que ocorreu em São Paulo obteve consenso em várias das discussões propostas, mas encerrou sem um comunicado conjunto por causa de tensões geopolíticas.

MUDANÇAS

No que se refere ao BID, Goldfajn citou que, em março, os 48 países que integram a instituição aprovaram a nova Estra-

tégia Institucional do Banco de Desenvolvimento, que vai focar sua atuação no impacto. Uma mudança única em 65 anos de instituição. "Só emprestar dinheiro não basta. É preciso mensurar o impacto dos projetos na vida das pessoas", disse.

Os países participantes do BID também aprovaram um aumento de capital de US\$ 3,5 bilhões para o BID Invest - o braço do banco para empréstimos a empresas privadas - além de um aumento de US\$ 400 milhões para o BID Lab - o braço de inovação. "Essas mudanças ampliarão significativamente nossa capacidade de apoiar a América Latina e o Caribe para lidar com

seus desafios e destravar seu potencial", afirmou.

Goldfajn chamou atenção ainda para uma correta governança na administração dos recursos emprestados aos países. "Precisamos mudar primeiro a mentalidade, não estar focado só no quanto está disponível, mas em todo o ciclo do projeto", apontou, ao destacar que as instituições financeiras falam pouco em número de pessoas impactadas. "É um conjunto de medidas: efetividade, impacto, olhar o resultado, trazer mais dinheiro", disse acrescentando que a agenda é grande e há dificuldade em priorizar ações.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiarioacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diarioacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

REUNIÃO EXTRA

CMN altera norma do Proagro e economia será de R\$ 2,935 bi

ISADORA DUARTE/AE

O Conselho Monetário Nacional alterou normas relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) referentes às resoluções 5.126, 5.127, 5.128 e 5.125. As mudanças foram definidas em reunião extraordinária do colegiado realizada ontem, informou o Banco Central em nota. As mudanças incluem redução do limite de enquadramento obrigatório do programa a atualizações no modelo de comprovação de aquisição de insumos.

Segundo o Banco Central, as mudanças nas normas do programa entrarão em vigor em 1º

de julho deste ano, quando começa o ano safra 2024/25. As medidas vão gerar redução de custo de cerca de R\$ 935 milhões no segundo semestre deste ano e de R\$ 2 bilhões em 2025, projetou o BC.

Na prática, o Proagro é uma espécie de seguro rural voltado aos pequenos e médios produtores. O programa é custeado com recursos do Tesouro Nacional e garante pagamento de obrigações de crédito rural de custo a produtores que registram perdas na produção e incapacidade de liquidação dos financiamentos por problemas climáticos, pragas ou doenças. Desde o início do ano, o governo federal vem citando a necessi-

dade de revisão do programa, que foi um dos responsáveis pelo rombo nas contas públicas em 2023 e também alvo de investigação do Tribunal de Contas da União.

Na resolução extra publicada ontem, o CMN reduziu o limite de enquadramento obrigatório do Proagro de R\$ 335 mil por ano para R\$ 270 mil por ano agrícola. Segundo o Banco Central, a medida vai reduzir a superposição do programa em relação ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e vai aumentar o foco nos agricultores familiares e pequenos produtores. "As projeções indicam que o público com operações acima do limite pro-

posto poderá ser atendido pelas seguradoras privadas, inclusive com o subsídio do PSR", afirmou o BC.

O pagamento de indenizações de operações com emergência nos períodos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) com risco 30% e 40% foi reduzido em 25% e 50%, devido ao maior risco dessas operações. O CMN também diminuiu o teto anual para pagamento da Garantia de Renda Mínima em operações do Proagro Mais para R\$ 9 mil. A partir de 1º julho, a comprovação para o pagamento de indenização vai dispensar a apresentação de comprovantes de aquisição de insumos, com dedução padrão de 5%.

SEGUNDO SEMESTRE

BNDES confirma previsão de edital para seleção pública

GIORDANNA NEVES E AMANDA PUPO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que cabe à Petrobras a decisão de distribuir ou não os dividendos extraordinários aos acionistas. Haddad ponderou, no entanto, que o tema está bem encaminhado e que a empresa está "robusta". Os dados sobre

o caixa da estatal têm sido levados ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, segundo ele.

"Temos levado muitas informações para o presidente sobre a situação do caixa da Petrobras para que ele Lula possa ter tranquilidade que o plano de investimento não vai ser prejudicado pelo financeiro", disse o ministro.

Haddad afirmou que essas informações vão dar segurança para que a diretoria da Petrobras possa tomar uma decisão sobre os dividendos.

De acordo com o ministro, os números da empresa estão consistentes e há capacidade para realizar um plano de investimento eficiente.

Ele repetiu que a estatal estava sendo "dilatada", em refe-

rência ao governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), e disse que é um desafio retomar a agenda de investimentos da companhia.

Questionado sobre um calendário para definição da distribuição de dividendos, Haddad disse que cabe à empresa, mas lembrou que está prevista uma reunião do Conselho para este mês.

SENADO

Dívidas dos estados: Pacheco quer projeto que não seja só texto do governo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou ontem, que vai convocar na semana que vem uma reunião com os governadores para discutir sobre a proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda sobre renegociação das dívidas dos estados. De acordo com o senador, é preciso haver um projeto "minimamente de consenso" e que não seja apenas um modelo do governo federal.

Além das discussões sobre repasse dos ativos dos Estados para União e alterações no índice de correção dos valores devidos, Pacheco reforçou que há por parte dos governadores uma pretensão em reduzir o estoque da dívida como ocorre no programa Refis.

O presidente do Senado ponderou que há disposição do governo em buscar um regime sustentável para quitação da dí-

vida e propor uma alternativa que de fato vise o pagamento dos valores devidos e não a postergação, como ocorre com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Pacheco também afirmou que União e o governo de Minas Gerais pretendem fazer um novo pedido ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques para a prorrogação de todos os

prazos do processo de RRF do Estado.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, reforçou que há um compromisso da União para prorrogar o início do pagamento da dívida de Minas junto ao governo federal. O ministro também disse que o Poder Executivo vai acelerar o diálogo com os Estados sobre o programa de renegociação das dívidas.

PRÓXIMA SEMANA

Haddad diz que governo vai enviar ao Congresso regulamentação da tributária

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, que o Poder Executivo enviará na semana que vem ao Congresso os projetos de lei complementares que regulamentam a reforma tributária sobre o consumo aprovada no ano passado. Haddad reiterou que serão dois projetos para tratar do tema. De acordo com ele, as propostas já foram concluídas pela equipe econômica, mas

precisam ainda passar pelo crivo da Casa Civil e do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele se reuniu nesta segunda com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e lideranças do governo na Casa. Além da reforma tributária, foi discutido ainda o auxílio da União às dívidas dos Estados.

Haddad disse que espera receber uma resposta dos gover-

nadores na semana que vem para que o tema seja endereçado o mais rápido possível.

No encontro, também foram discutidas as matérias que tramitarão no Congresso este ano. Haddad disse que a pauta legislativa está muito bem alinhada e haverá um "esforço concentrado" em abril e maio para votar os projetos pertencentes à chamada "agenda microeconômica".

O ministro também reforçou, durante sua exposição na reunião, sobre a necessidade de resgatar o princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Despesa nova e renúncia de receita só com compensação", disse durante entrevista coletiva à imprensa após a reunião.

Haddad enfatizou a necessidade de garantir essa previsibilidade para que o País atinja taxas de crescimento "ainda maiores".

Nota

SECRETÁRIA LEANY LEMOS DEIXA MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Responsável por comandar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, a economista Leany Lemos deixou a Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento. Segundo o ministério, a exoneração ocorreu a pedido da própria secretária. No lugar de Leany, assumiu o cargo a secretária-adjunta, Virginia de Ângelis. Servidora de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2006, a nova secretária tem longa atuação nas áreas de planejamento e orçamento governamental e gestão fiscal. "O foco do trabalho é consolidar o PPA como um instrumento de orientação e

gestão do gasto público no médio prazo e lançar as bases para o planejamento de longo prazo no país", afirmou De Ângelis em nota divulgada pelo Ministério do Planejamento. O cargo de secretário-adjunto de Planejamento será anunciado posteriormente. No comunicado de afastamento, Leany Lemos disse ter o sentimento de missão cumprida e estar pronta para novos desafios. Ela retorna ao Senado, onde é consultora legislativa, e retomará atividades acadêmicas. "O trabalho da Leany à frente da Seplan foi fundamental para a reconstrução do planejamento do país e para a entrega de um PPA participativo e inovador, alinhado às melhores práticas internacionais. Um instrumento que materializa os desejos da população para o Brasil nos próximos quatro anos.

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Conversa com Edmar Bacha

Numa visita simpática à ABL, o ex-ministro da Educação Cristovam Buarque entregou aos imortais o livro "Conversa com Edmar Bacha", por ele escrito, com muita propriedade (Editora Intersaberes). Os dois intelectuais discutem o início da formação da pós-graduação em economia no Brasil, ainda nos anos 60 e o que aguarda o futuro dessa matéria de grande relevo.

Com o traquejo da sua experiência de homem público, passando pela reitoria da Universidade de Brasília, onde fez um belo trabalho, colocou em suas páginas também a rica atividade na condição de Ministro da Educação no Planalto Central. Foi um trabalho que marcou época.

Cristovam foi para a política para transformar ideias em educação. Nesta obra cita com destaque o economista Mário Henrique Simonsen, que estudava escrevendo livros. Tem trabalhos de micro e macro economia, marcado pela atividade no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Foi influenciado por Eugênio Gudim e Roberto Campos.

De todas as lacunas no pensamento econômico, nenhuma é tão responsável por nosso atraso econômico e nossa tragédia social quanto ignorar a educação como vetor do progresso. Os economistas viram que a população educada é uma alavanca para o aumento da produtividade, da eficiência, da distribuição de renda, da paz nas ruas, da saúde pública.

Bacha é visto como criador da ideia de Belíndia, uma fábula sobre crescimento e distribuição de renda, em que se verifica que a grana toda só vai para os ricos, não sobra para os pobres. O PIB é o felicitômetro dos ricos. Foi uma fábula que provocou enorme impacto. Belíndia foi resultado de uma inspiração, e depois foi construído o Plano Real.

No livro há pensamentos de Gustavo Franco e Armínio Fraga, respeitados economistas dentro e fora do Brasil. Nessa lista podemos incluir também André Lara Resende, Persio Arida e Celso Furtado, que entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1997. Todas figuras notáveis.

Abordam-se também as grandes influências recebidas em Yale. Lembramos sempre do nosso país dos contrastes.

POLÊMICA

Haddad diz que quem tem de decidir sobre dividendos é Petrobras

GIORDANNA NEVES E AMANDA PUPO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que cabe à Petrobras a decisão de distribuir ou não os dividendos extraordinários aos acionistas. Haddad ponderou, no entanto, que o tema está bem encaminhado e que a empresa está "robusta". Os dados sobre o caixa da estatal têm sido levados ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, segundo ele.

"Temos levado muitas informações para o presidente sobre a situação do caixa da Petrobras para que ele Lula possa ter tranquilidade que o plano de investimento não vai ser prejudicado pelo financeiro", disse o ministro.

Haddad afirmou que essas informações vão dar segurança para que a diretoria da Petrobras possa tomar uma decisão sobre os dividendos.

De acordo com o ministro, os números da empresa estão consistentes e há capacidade para realizar um plano de investimento eficiente.

Ele repetiu que a estatal estava sendo "dilatada", em referência ao governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), e disse que é um desafio retomar a agenda de investimentos da companhia.

Questionado sobre um calendário para definição da distribuição de dividendos, Haddad disse que cabe à empresa, mas lembrou que está prevista uma reunião do Conselho para este mês.

GOVERNO FEDERAL
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
MINISTÉRIO DA DEFESA
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO 90078/2024

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na PORTARIA SPES ESG Nº 4704, de 19 de setembro de 2023, que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo Menor Preço por Grupo tendo por finalidade a Contratação de serviço móvel pessoal - SMP (Voz, Dados, SMS, Etc), na modalidade local, longa distância nacional - LDN, com franquia mínima de dados de 20 GB e fornecimento de smartphone em regime de comodato, bem como utilização de voz e dados em roaming internacional, com franquia diária mínima de 500Mb, sob demanda. Após alteração do Edital, a sessão pública será realizada no dia 25 de abril de 2024, às 09h00min, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

VIOLÊNCIA

Policia Militar agride mulher em estação de metrô em São Paulo

LETYCIA BOND/ABRASIL

Uma mulher foi agredida e acuada por um policial militar fardado, na Estação da Luz, em São Paulo, no último sábado. Vídeos que mostram o ataque têm circulado pelas redes sociais, sobretudo em perfis de entidades e militantes da causa LGBTQIA+, desde a madrugada de ontem.

Nas imagens, é possível ver a jovem no chão da plataforma da linha azul, encolhida, diante do policial. O agente, que permanece de pé diante dela, desferiu um tapa em seu rosto.

"Baixa o tom (de voz). Baixa o tom", ordenou o policial à vítima.

"Vá para fora", acrescentou ele, que olha para a câmera que flagrou a agressão, enquanto passa diante dela para seguir seu caminho na plataforma.

"Precisa bater nas pessoas?", indaga a vítima, após a violência.

De acordo com boletim de ocorrência, o policial ainda a golpeou com tapas na cabeça.

A vítima também alega ter levado um chute na região da costela e que estava sentada quando o policial a abordou.

Procurado pela Agência Brasil, o Metrô afirmou que quem responde pelo episódio é apenas a Secretaria da Segurança Pública (SSP). A pasta disse que "lamenta o ocorrido" e que o policial foi identificado e afastado de sua função.

"A Polícia Militar instaurou um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias dos fatos", adicionou o órgão na nota encaminhada. A SSP não prestou esclarecimentos sobre questões apresentadas pela reportagem, como o cargo do policial -, já que pode ter patente -, o tempo em que o agente está em atividade e se já foi punido anteriormente por conduta semelhante.

A ativista Jacqueline Chanel, que está à frente do projeto Séfora, de acolhimento de pessoas trans e travestis, denunciou o caso à Coordenação de Políticas para LGBTI. A coordenação é subordinada à prefeitura de São Paulo.

INDÚSTRIA

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O anúncio de que a Avibras Indústria Aeroespacial, empresa brasileira que projeta, desenvolve e fabrica produtos e serviços de defesa, negocia a venda para o grupo australiano Defendtex gerou críticas de sindicatos e especialistas. Eles argumentam que a transferência do controle da companhia para o exterior coloca em risco a capacidade de defesa nacional, fragilizando a soberania do país.

Afogada em dívidas, em recuperação judicial e há mais de um ano sem pagar salários, a companhia é uma das principais empresas da indústria da defesa do Brasil e tem mais de 60 anos de existência. A sede da Avibras fica em Jacaré, no Vale do Paraíba, em São Paulo.

Nesta semana, em nota, a companhia confirmou o negócio com o grupo australiano, "que visa à recuperação econômico-financeira da Avibras, de forma a manter suas unidades fabris no Brasil, retomar as operações e mais breve possível e manter o fornecimento previsto nos contratos com o governo brasileiro e demais clientes".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Weller Gonçalves, diz que o negócio é um "crime de lesa-pátria" e que o governo deveria estatizar a indústria.

Segundo ele, é preciso discutir a defesa das fronteiras e do país. "É a principal indústria de defesa que temos, que fabrica foguetes, não é fábrica de chiclete ou de chocolate. São 60 anos [em] que essa empresa está recebendo dinheiro público do governo. É uma empresa privada que desenvolve produtos para o Estado."

Weller argumenta que, caso o país entre em guerra, precisará de uma Avibras, e que a venda fere a soberania brasileira. "Que garantia temos de que a empre-

sa vai ficar no Brasil? A empresa da Austrália pode estar comprando e, no primeiro momento, ficar aqui e retomar as atividades e depois transferir tudo para a Austrália", completa.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também defende a manutenção do capital nacional da empresa. Para o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Loricardo de Oliveira, a medida prejudica os esforços de industrialização do país que o governo tenta avançar.

"É importante que haja uma conversa para que a empresa se mantenha nacional e mantenha a produção aqui, com conteúdo e tecnologia nacional", afirmou.

A CUT também se preocupa com o passivo trabalhista, que estaria em torno de R\$ 600 milhões. Loricardo informa que tem havido negociação com o Ministério da Defesa e que se tenta criar uma frente parlamentar para defender a indústria da defesa.

"Entendemos que não só a Avibras, mas o conjunto da produção nacional da indústria da defesa precisa estar no olhar do governo como um produto estratégico de conteúdo nacional", afirma.

DEPENDÊNCIA EXTERNA

Especialistas da área da defesa alertam que a venda da Avibras pode ampliar a dependência do país de atores internacionais. O pesquisador Eduardo Brick, do Núcleo de Estudos de Defesa, Inovação, Capacitação e Competitividade Industrial da Universidade Federal Fluminense (DefesaUFF), destacou que quanto maior a dependência externa para aquisição de material bélico, menor a soberania do país e mais frágil a defesa nacional.

"Os países sérios não permitem que uma empresa estratégica de defesa seja vendida para uma empresa estrangeira. Não

se pode vender sua capacidade de defesa para uma empresa de outro país. Isso não faz sentido", afirmou o professor aposentado da UFF.

Para Brick, as empresas que produzem material bélico são mais importantes que as unidades de combate. "Se esses meios são fornecidos por outros países, ficamos sujeitos à vontade deles. Esse outro país pode fornecer, ou não fornecer em determinadas circunstâncias, e isso acontece o tempo todo."

O especialista citou o caso da Suécia que, após ver suas empresas de defesa compradas por estrangeiros, começou a mudar de postura. "Muitas empresas lá foram compradas por empresas estrangeiras porque tinha acabado a Guerra Fria. Depois, eles concluíram que erraram e estão voltando atrás", completa Brick.

GOVERNO

O governo ainda não se manifestou oficialmente após a Avibras confirmar a negociação com o grupo australiano. A Agência Brasil procurou os ministérios da Casa Civil e da Defesa para saber se a venda da Avibras é preocupação do governo e se há intenção de interferir nesse caso.

A assessoria do Ministério da Defesa disse que, sobre esse tema, "deveria se procurar diretamente a Avibras", que tem sede em onde fica a Avibras. A Casa Civil não respondeu às perguntas da reportagem.

O deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), vice-líder do governo na Câmara, que tem base eleitoral na região do ABC Paulista, por sua vez, diz que o Executivo não teria condições fiscais de estatizar a companhia, que é privada.

"A possibilidade de estatização da empresa exigiria um recurso que o governo hoje não dispõe. Ele teria que garantir o pagamento dessas dívidas, e

são quase meio bilhão de dívidas. Não há condições, nesse momento, de financeiramente o governo entrar nessa. Seria uma solução, já que nenhuma empresa nacional se interessou até agora, mas é importante ter a empresa funcionando, né", afirma.

Sobre a possibilidade de o governo antecipar os recursos dos contratos já firmados com a Avibras, Zarattini disse que o Estado corre risco de não receber os produtos. "O governo antecipa, e a empresa não produz, não entrega, o que já aconteceu. Então, é difícil o governo botar um dinheiro em uma coisa que não recebe o produto", completou.

CONTROLE OPERÁRIO

O sindicalista Weller Gonçalves lembra que a luta dos trabalhadores da Avibras começou em 18 de março de 2022, quando 400 empregados foram demitidos da empresa.

Em seguida, o Sindicato de São José dos Campos reverteu as demissões na Justiça, mas os 400 trabalhadores ficaram com os contratos suspensos. Como os salários estão atrasados, toda decisão da companhia precisa ser aprovada pelos trabalhadores.

"Quando tem alguma produção extraordinária, a gente chama os trabalhadores, discute, a turma entra, como teve no ano passado um contrato para a Malásia, teve um contrato para o Mali, mas com a garantia de recebimento do salário. Então é o que a gente chama de controle operário que tem hoje na Avibras", destacou.

Weller disse ainda que, apesar da posição do sindicato ser contrária à venda para os australianos, os trabalhadores veem o negócio como uma possibilidade de receber os salários atrasados. "Nesse sentido, a gente entende a ansiedade do trabalhador de ver isso como uma coisa boa", destaca.

BANCO

PM desativa bombas após tentativa de roubo

GIOVANNA CASTRO/AE

Policiais militares do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) precisaram realizar uma operação de desativação de bombas em uma agência do Banco do Brasil em São Pedro, no interior de São Paulo, ontem. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), pelo menos seis pessoas são suspeitas de participar de um roubo e estão sendo procuradas.

A operação começou ontem de madrugada, quando pessoas suspeitaram de veículos que bloqueavam a Rua Valentim Amaral, onde fica a agência, e acionarem a PM. "No local, os PMs suspeitaram de uma movimentação no interior de uma agência bancária e

constataram que havia seis criminosos no cofre do banco", afirma a SSP.

A polícia chegou a entrar em confronto armado com os suspeitos, mas eles conseguiram fugir. Foram acionados, então, batalhões de cidades próximas a São Pedro e o helicóptero água da PM para encontrá-los. De acordo com a pasta de segurança pública, ninguém ficou ferido.

Não há informações, ainda, sobre qual foi o prejuízo do banco. O Gate realizou a desativação dos explosivos deixados no interior da agência e a ocorrência está sendo registrada no Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) de Piracicaba para melhor apuração dos fatos.

ENXAME

Abelhas deixam 30 feridos no interior

RARIANE COSTA/AE

Um enxame de abelhas deixou 30 pessoas feridas em Américo Brasiliense, cidade do interior de São Paulo, na sexta-feira passada. Entre as vítimas, um idoso de 66 anos levou cerca de 50 picadas e chegou a ser internado em uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). O acidente ocorreu na Rua Ribeiro de Barros, centro da cidade, onde as abelhas se concentravam no telhado de uma casa.

O Corpo de Bombeiros auxiliou no socorro às vítimas, que foram encaminhadas para atendimento médico e liberadas em seguida. A exceção foi o idoso, que teve quadro mais grave e segue internado.

"Ele já tem algumas comorbidades, como diabetes e alguns outros problemas de saúde. Agora não corre risco e deve receber alta ainda nesta segunda-feira (8 de abril)", disse Valmir Lupe, coordenador da Defesa Civil Municipal que acompanha o caso.

Após o acidente, ruas no entorno da casa foram interditadas e moradores alertados pela Defesa Civil em um alto-falante. Durante a noite de sábado

passado, apicultores, bombeiros e a Defesa Civil realizaram a retirada dos insetos do local onde estavam concentrados. A operação aconteceu durante a noite com a intenção de evitar novas vítimas.

Lupe afirma que a principal hipótese é de que alguém tenha mexido com os insetos na sexta, resultando no acidente.

"Enxames são comuns, especialmente de abelhas nômades que estão em transição. Apesar disso, elas não atacam ninguém, elas se defendem. A partir de um tapinha, elas soltam o feromônio (substância química excretada por alguns animais) e é como se estivesse tocando uma corneta chamando as outras. Elas vêm em defesa", diz ele.

A orientação dada pelo órgão é para que a população evite locais onde percebam concentração dos insetos, alterando o percurso ou passando rapidamente protegendo, com capuz, por exemplo, a cabeça.

A Defesa Civil alerta ainda que, em hipótese nenhuma, a possibilidade de matar abelhas deve ser considerada, já que isso pode gerar um acidente maior.

MANDATO TAMPÃO

Prefeita eleita em Analândia tem mandato até 31 de dezembro

Eleitores de Analândia, na região de Rio Claro, São Paulo, elegeram Silvana Perin (Solidariedade), no domingo passado para governar o município até dezembro de 2024. A prefeita eleita, que tem como vice Vrá Mascia (União), obteve 1.241 votos (43,2%).

Estavam aptos a votar 4.552 eleitoras e eleitores, dos quais 2.988 compareceram ao pleito (65,6%). A diplomação da prefeita está marcada para o dia 10 de maio e a posse para o dia seguinte. Já no dia 1º de janeiro de 2025, toma posse o candidato ou candidata vendedor da eleições municipais de 6 de outubro, na qual também serão escolhidos os vereadores e vereadoras da cidade.

A eleição foi realizada porque o prefeito e o vice que se elegeram em 2020 foram cassados por dificultarem o exercício do voto de parte da população, segundo decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Código Eleitoral determina a realização de eleições suplementares quando o candidato eleito em pleito majoritário perde o mandato por decisão da Justiça Eleitoral (artigo 224, § 3º) e ainda restam mais de seis meses de mandato.

pelo então PMDB, hoje MDB), que era prefeito na época da eleição e os apoiava.

De acordo com a decisão judicial, o então prefeito do município e os candidatos que ele apoiava abusaram do poder político por causa da instalação, no dia da eleição, de barreiras físicas e sanitárias nas entradas da cidade, que dificultaram o exercício do voto de eleitores e eleitoras. O TSE considerou a gravidade da conduta e a existência de provas robustas da intenção de impedir parte do eleitorado de exercer o direito de votar.

"A mera instalação das barreiras físicas e sanitárias no dia das eleições, determinada por decreto municipal expedido pelo prefeito à época dos fatos, já caracteriza fator suficiente para demonstração da gravidade exigida para

EPIDEMIA

SP confirma 221 mortes por dengue em 2024

LARA CASTELO/AE

No domingo passado, o Estado de São Paulo totalizou 221 mortes em decorrência da dengue no acumulado deste ano, segundo a Secretaria Estadual de Saúde (SES). Isso quer dizer que, só nas 13 primeiras semanas de 2024, o Estado já se aproxima do número total de óbitos contabilizados em 2023 (ou seja, 291).

Na prática, contudo, esse nú-

mero tende a ser ainda maior, já que, segundo a SES, há outras 495 mortes em investigação no período. Sem falar que muitas mortes em decorrência da doença não são notificadas.

Vale destacar que a SES registrou mais de 1 milhão de casos de arboviroses (dengue, chikungunya e zika) no Estado em 2024, dos quais quase metade (478 mil) são de dengue.

E, entre os casos de dengue,

571 são referentes a um quadro considerado grave - quando há vazamento de plasma ou acúmulo de líquidos, levando a situações de choque ou dificuldade respiratória.

Dentre os municípios com a situação epidemiológica mais crítica, estão: Campinas, São José dos Campos, Ilhabela, Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Ribeirão Preto. Devido à essa situação, no último mês, tanto o Estado quanto a

cidade de SP decretaram situação de emergência em decorrência da doença.

Sendo que, na capital, foram registrados mais de 133 mil casos prováveis de dengue em 2024, de acordo com a atualização feita na sexta-feira, 5, pelo Ministério da Saúde. Ainda segundo a pasta, a cidade de SP registrou 33 óbitos em decorrência da doença, sendo que outros 95 ainda estão em investigação.

MORAES

PF vai investigar se há crime em declarações de Elon Musk

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal (PF) vai investigar se o empresário Elon Musk, dono da rede social X, cometeu algum crime ao ameaçar descumprir decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e criticar o ministro Alexandre de Moraes. O procedimento foi aberto por determinação do ministro

da Justiça, Ricardo Lewandowski, depois que o empresário prometeu reativar perfis bloqueados por determinação do STF e deu a entender que poderia encerrar as operações no Brasil por "princípios".

A PF vai analisar se as declarações do empresário podem ser enquadradas, por exemplo, como apologia ao crime.

A Polícia Federal também monitora os desdobramentos do

caso. Elon Musk prometeu publicar decisões judiciais que terminaram o bloqueio de perfis no X, alegando que elas promovem censura, mas há determinações em sigilo. Uma eventual divulgação pode ser interpretada como vazamento indevido.

O bilionário declarou ainda que Alexandre de Moraes "deveria renunciar ou sofrer um impeachment". Em resposta, o ministro incluiu o empresário co-

mo investigado no inquérito das milícias digitais.

O STF se uniu em defesa de Moraes. Mais cedo, o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, divulgou uma nota institucional com críticas ao que chama de "instrumentalização criminosa das redes sociais". "Toda e qualquer empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição Federal", diz o comunicado.

'Nenhum CEO pode dizer que não vai cumprir decisão judicial', reage Fachin

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), saiu em defesa da decisão que mandou investigar o empresário Elon Musk, dono da rede social X, por ataques ao ministro Alexandre de Moraes.

"Não tem como, obviamente, não instaurar contra ele o respectivo procedimento para que ele responda, porque fomentar o descumprimento de ordem ju-

diciais no Brasil significa fomentar a diminuição das instituições", declarou o ministro nesta segunda-feira, 8, em visita à Defensoria Pública do Paraná.

A queda de braço entre o bilionário e o STF teve início depois que Elon Musk usou o perfil no X para anunciar que passaria a descumprir ordens judiciais do STF para bloquear perfis de investigados por atos antidemocráticos. Ele também declarou que o ministro Alexandre de Moraes "deveria renunciar ou

sofrer um impeachment". Em resposta, Moraes incluiu o empresário como investigado no inquérito das milícias digitais.

"Nenhum CEO, seja da empresa mais importante do mundo, pode dizer que não vai cumprir decisão judicial. O que ele tem o direito de dizer, da forma mais ácida que entender, é que não concorda e que vai recorrer", criticou Fachin.

O ministro declarou ainda que empresas de mídias sociais buscam "exercer mais poder

que os Poderes constituídos".

"No Brasil, e nos países pelo menos do mundo ocidental de hoje, em que determinadas empresas procuram exercer, especialmente nas mídias sociais, mais poder que os Poderes constituídos, há alguma patologia neste tipo de coisa."

As manifestações são um recado claro de que o STF chance-la a atuação de Alexandre de Moraes no inquérito das milícias digitais e que o ministro não age sem respaldo interno.

SENADO

Pacheco defende regulamentação de redes sociais

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a regulamentação de redes sociais e a votação de um projeto já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara para estabelecer um marco legal sobre o assunto no Brasil.

A proposta, segundo Pacheco, foi votada no Senado em 2020 e aguarda votação pelos deputados desde então.

"Não é censura, não é limitação da liberdade de expressão. São regras para uso dessas plataformas digitais para que pessoas não disseminem ódio, violência, ataques a instituições", afirmou, em entrevista coletiva após reunião com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e os líderes do governo no Senado,

Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

"Espero que a Câmara possa evoluir, ainda que com alterações, para que possamos ter uma lei", completou.

Segundo Pacheco, a regulamentação das redes sociais é algo inevitável. "Precisamos ter disciplina legal sobre isso, sob pena de ter discricionariedade por parte das plataformas que não se sentem obrigadas a ter o mínimo ético no manejo das informações e desinformações na rede social", disse.

"A participação do Judiciário tendo que decidir sobre essas questões sem que haja uma lei que discipline acaba gerando controvérsias como essas que vimos, de o Judiciário precisar agir", reforçou.

PORTO ALEGRE

Justiça dá prazo de 72h para CFM explicar proibição de pré-aborto

A Justiça Federal em Porto Alegre concedeu ontem prazo de 72 horas para o Conselho Federal de Medicina (CFM) se manifestar sobre a resolução aprovada pelo órgão para proibir a realização da chamada assistolia fetal para interrupção de gravidez.

O procedimento é usado pela medicina nos casos de abortos previstos em lei, quando há possibilidade de sobrevivência do feto, e foi contestado em uma ação popular protocolada pela Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. O prazo para manifestação foi concedido pela juíza Pau-

la Weber Rosito. O procedimento antecede a análise do caso.

Conforme definição do CFM, o ato médico da assistolia provoca a morte do feto antes do procedimento de interrupção da gravidez. "É vedada ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal, ato médico que ocasiona o feticídio, previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei, ou seja, feto oriundo de estupro, quando houver probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional acima de 22 semanas", definiu o CFM.

PARANÁ

TRE faz placar de 3 a 1 a favor de Moro

PEPITA ORTEGA/AE

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná retomou ontem, o julgamento que pode resultar na cassação do senador Sérgio Moro (União Brasil) - investigado por suposto abuso de poder econômico e caixa dois nas eleições de 2022. A desembargadora Cláudia Cristina Cristofani e o desembargador Guilherme Frederico Hernandez Denz indicou que anteciparia seu voto.

Denz indicou que, para avaliar o suposto abuso de poder econômico, não serve se considerar apenas os gastos da pré-campanha no Paraná, tampouco a soma das despesas de todas as pré-campanhas realizadas por Moro. Em sua avaliação, devem ser avaliados todos os atos, mesmo que realizados em outros Estados, que tiveram um impacto na campanha do ex-juiz ao Senado pelo Paraná.

O desembargador indicou que, ao avaliar o suposto abuso de poder econômico, não considerou, por exemplo, os gastos de Moro em viagens no interior de São Paulo. "Não impactou eleitoralmente no Estado do Paraná. Se avalia a vulneração ao bem jurídico tutelado pela Constituição Federal a legitimidade do pleito e a isonomia", frisou.

O magistrado considerou que a pré-campanha de Moro ao Senado pelo Paraná totalizou R\$ 714 mil, levando em conta despesas tipicamente eleitorais que reverteram ganhos políticos ao ex-juiz no caminho até o Congresso. Os gastos em pré-campanha chegaram 14% dos efetivamente contratados na campanha de Moro, segundo Denz.

Janja: Críticas de Musk a Moraes fazem parte de 'ação que visa lucro' e 'contra a democracia'

IAN DER PORCELLA/AE

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, criticou, ontem, os ataques do empresário Elon Musk ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Para ela, as publicações do bilionário atacam "a soberania brasileira", e representam não só "uma ação coordenada contra a democracia", mas também "uma ação que visa lucro".

No X (antigo Twitter), onde Musk escreveu as declarações criticadas pela primeira-dama, Janja disse que "liberar contas que ha-

viam sido bloqueadas por decisões judiciais é um desrespeito a uma decisão do judiciário brasileiro. Esses perfis são utilizados para disseminar fake news, ódio e misoginia, e também para sustentar a tentativa de golpe do 08 de janeiro de 2023".

Para ela, a postura do empresário, que não "surpreende", demonstra uma "articulação da extrema direita, que tenta corroer nossa sociedade". Isso porque Musk disse, neste domingo, 7, que Moraes deve "renunciar ou sofrer um impeachment" por trair "descaradamente e repetidamen-

te a Constituição e a população do Brasil".

Janja defende a regulamentação das big techs que controlam as redes sociais, pauta reacendida no Congresso que deve analisar o projeto das fake news, e afirma, concordando com o ministro do STF, que as "redes sociais não são terra sem lei! E as plataformas, além de obedecerem às decisões judiciais de cada país, devem ser responsabilizadas pelos crimes cometidos dentro dela".

O embate entre o Moraes e Musk se intensificou após o bilionário acusar o magistrado de

promover uma censura no Brasil ao ordenar a retirada de conteúdo e de bloqueio de perfis investigados por ataques às urnas eletrônicas. Depois de ameaçar descumprir as ordens judiciais, o empresário foi incluído no inquérito das milícias digitais como investigado.

Além disso, Moraes ordenou a abertura de um inquérito sobre o empresário por suposta obstrução de Justiça, "inclusive em organização criminosa e incitação ao crime", sob argumento de que o dono do X cometeu "dolosa instrumentalização" da rede social.

AUDÁCIA

Nove foragidos são presos prestando concurso para a Polícia Militar do RJ

RARIANE COSTA/AE

A Polícia Militar do Rio de Janeiro prendeu nove pessoas durante a aplicação de provas do concurso para ingressar na corporação neste domingo passado. Todos tinham mandato de prisão em aberto e eram considerados foragidos da Justiça.

Segundo a Secretaria de Estado de Polícia Militar, um dos presos é acusado por um crime

de homicídio ocorrido em 2016, em Belford Roxo, Baixada Fluminense. Os crimes atribuídos aos outros presos não foram divulgados.

As prisões foram executadas a partir de uma operação de policiais militares da Subsecretaria de Inteligência (SSI) em conjunto com a Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DRSP) e com Batalhões das Áreas.

Sob a gestão da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a primeira etapa do processo seletivo com prova objetiva escrita, para o Concurso de Soldado da Polícia Militar foi realizada das 13h às 17h no domingo. No ano passado o processo foi suspenso pelo governador Cláudio Castro em função de suspeitas de fraude por parte de candidatos que usaram o celular durante as provas. Nesse fim de semana, reto-

mado o processo de seleção, 117.628 candidatos disputaram as 2 mil vagas oferecidas para recompor parte do efetivo da corporação.

A segunda etapa do processo acontece no dia 7 de julho com a realização de prova discursiva, a redação. Os candidatos aprovados ainda realizam outras sete etapas que envolvem, por exemplo, exames toxicológico, psicológico e de aptidão física.

para acelerar o anúncio da ação focada na redução da espera por exames e consultas.

No evento de ontem, Nísia apresentou o programa Mais Acesso a Especialistas, mas em formato diferente do que foi adotado no PNRf para cirurgias.

Como parte da nova ação, a ministra prometeu atendimentos online no SUS com médicos especialistas, ampliação do horário de atendimento das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) até as 22 horas e repasses extras para contratação de espaços na agenda de unidades privadas para a realização de procedimentos para pacientes do SUS.

SUS

Nísia anuncia ações para reduzir espera por exames e consultas

FABIANA CAMBRICOLI/AE

Após semanas sofrendo pressão de fora e de dentro do próprio governo, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou ontem, ao lado do presidente Lula, novas ações da pasta para tentar reduzir o tempo de espera por exames e consultas especializadas, um dos grandes gargalos do Sistema Uni-

co de Saúde (SUS) e um dos pontos mais destacados por Lula na campanha presidencial.

Como mostrou o *Estadão*, um programa para redução de filas de exames e consultas de especialidades no SUS havia sido prometido para o segundo semestre do ano passado, mas seu lançamento sofreu atraso. A expectativa era de fosse anunciada a segunda etapa

do Programa Nacional de Redução de Filas (PNRF), lançado no começo de 2023 com foco inicial nas filas de cirurgias eletivas.

Depois de levar uma "bronca" do presidente na reunião ministerial de março e ser criticada por não dar a devida publicidade para os programas e entregas da pasta, Nísia teria sido pressionada por Lula, segundo fontes do governo,

RODOVIÁRIA

Passageiro baleado em sequestro de ônibus no Rio retorna para o CTI

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O petroleiro Bruno Lima da Costa Soares, 34 anos, que levou três tiros na Rodoviária do Rio de Janeiro durante o sequestro de um ônibus que seguia para Juiz de Fora, no dia 12 de março, retornou ontem para o Centro de Tratamento Intensivo (CTI) do Hospital Samaritano, em Botafogo, zona sul do Rio, onde está em recuperação. Em nota, o hospital informou que Bruno foi submetido a um procedimento de drenagem, sob anestesia geral, pois apresentou acúmulo de líquidos (derrame) em volta do coração e dos pulmões. Já foi iniciado o processo de saída do respirador e seu estado de saúde é estável.

Bruno estava se recuperando bem da cirurgia. Já comia sentado em uma poltrona, interagia com familiares e o corpo clínico do hospital. Ele estava na unidade semi-intensiva do Samaritano, onde vinha sendo monitorado e fazia diariamente sessões de fisioterapia.

SEQUESTRO

Após ser baleado pelo sequestrador do lado de fora do ônibus, ao ser confundido com um policial, Bruno foi levado às pressas para o Hospital Municipal Souza Aguiar. De lá, foi transferido para o Instituto do Coração e um dia depois, para o Hospital Samaritano, onde a bala que estava alojada perto do coração foi retirada pela equipe médica.

O autor dos disparos, Paulo Sérgio de Lima, tentava fugir do Rio por causa de desavenças com comparsas de uma quadrilha da favela da Rocinha, zona sul da cidade.

Durante o embarque para Juiz de Fora, ele confundiu um passageiro com um policial, fez disparos e sequestrou o veículo da Viação Sampaio. Após mais de três horas de negociações com homens do Batalhão de Operações Especiais da PM (Bope), Paulo Sérgio, que fazia 16 reféns dentro do ônibus, acabou se entregando.

GUERRA

ONU condena ataques a usina nuclear russa de Zaporizhzhia

O chefe da agência de vigilância atômica da ONU condenou no domingo passado, um ataque de drone a um dos seis reatores nucleares na Usina Nuclear de Zaporizhzhia, controlada pela Rússia, na Ucrânia, dizendo que tais ataques "aumentam significativamente o risco de um grande acidente nuclear."

Em comunicado na rede social X, Rafael Mariano Grossi confirmou que ocorreram pelo menos três ataques diretos contra as principais estruturas de contenção do reator do usina. "Isso não pode acontecer", disse.

A Rússia culpou a Ucrânia pelo ataque, mas a Agência Internacional de Energia Atômica da ONU (AIEA) não atribuiu a culpa. O governo da Ucrânia negou ontem, as acusações da Rússia. O centro de combate à desinformação do governo ucraniano afirmou no Telegram que foi a Rússia que atacou a

central "com os seus drones, alegando que a ameaça à central e à segurança nuclear era procedente da Ucrânia".

A central nuclear, a maior da Europa, está sob controle do Exército russo desde o início da invasão da Ucrânia, há dois anos, e os incidentes frequentes na instalação nuclear provocam os temores de um acidente grave. De acordo com Grossi, da ONU, esse foi o primeiro ataque desse tipo desde novembro de 2022, quando cinco princípios básicos foram estabelecidos para evitar um acidente nuclear grave com consequências radiológicas.

Segundo autoridades da usina, não houve danos críticos ou vítimas e os níveis de radiação na usina estavam normais após os ataques. Mais tarde no domingo, porém, a agência nuclear estatal russa Rosatom disse que três pessoas ficaram feridas na "série sem precedentes de ataques de drones", especifica-

mente quando um drone atingiu uma área perto da cantina do local.

A Agência Internacional de Energia Atômica disse no domingo que os seus especialistas foram informados do ataque do drone e que "tal detonação é consistente com as observações da AIEA".

Numa declaração separada, a AIEA confirmou o impacto físico dos ataques de drones na central, incluindo num dos seus seis reatores. Uma vítima foi relatada, disse. "Os danos na unidade 6 não comprometeram a segurança nuclear, mas este é um incidente grave com potencial para minar a integridade do sistema de contenção do reator", acrescentou.

Os seis reatores da usina estão desligados há meses, mas ela ainda precisa de energia e de funcionários ativos para operar sistemas de resfriamento cruciais e outros recursos de segurança

ATAQUES RUSSOS

Também no domingo, três pessoas morreram quando uma casa foi atingida por um projétil russo na cidade de Huliaipole, na linha de frente, na região parcialmente ocupada de Zaporizhzhia, no sudeste da Ucrânia, disse o governador regional Ivan Fedorov. Mais tarde no domingo, duas pessoas ficaram feridas em outro bombardeio em Huliaipole.

Separadamente, três pessoas ficaram feridas em bombardeios russos na região nordeste de Kharkiv, na Ucrânia, de acordo com o governador regional Oleh Syniehubov.

Na Rússia, uma menina morreu e outras quatro pessoas ficaram feridas quando os destroços de um drone ucraniano abatido caíram sobre um carro que transportava uma família de seis pessoas na região russa de Belgorod, na fronteira com a Ucrânia, disse o governador regional Vyacheslav Gladkov. **Fonte:** Associated Press.

TOLUENO

Operação investiga vazamento que afetou abastecimento de água

RAFAEL CAMPOS/GOVERNO DO RIO DE JANEIRO



MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

A força-tarefa do governo do estado do Rio de Janeiro criada para investigar o vazamento de poluente que interrompeu o fornecimento de água, instaurou a Operação Águas Limpas. A operação realiza buscas em 16 empresas que usam tolueno no processo de produção - 14 delas estão no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

De acordo com o governo estadual, em uma das primeiras empresas fiscalizadas, após a perícia, o responsável técnico foi intimado e será conduzido à Cidade da Polícia.

A Justiça determinou a realização de busca e apreensão de produtos químicos mantidos de forma irregular em depósitos, além de documentos referentes à aquisição de tolueno e de qualquer item que evidencie a prática de crime ambiental.

A intenção é confrontar amostras de tolueno apreendidas com o material identificado nas amostras coletadas pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

Na semana passada, a identificação de tolueno nos mananciais chegou a interromper o fornecimento de água pela Cedae. A paralisação do sistema pode ter afetado mais de 2 milhões de pessoas.

O derramamento do composto químico no Rio Guapiaçu, em Guapimirim atingiu cinco cidades: Niterói, São Gonçalo, parte de Maricá, Itaboraí e a Ilha de Paqueta.

Segundo comunicado da Cedae, o tolueno é altamente danoso à saúde, se ingerido ou inalado. A substância é adicionada à gasolina e comumente usada como matéria-prima de solventes orgânicos em colas e tintas, além de estar presente na borracha, em colas e adesivos para ajudar a secar, dissolver e diluir outras substâncias; diluente de tinta; limpadores de

pincéis, esmaltes e removedores de manchas.

A força-tarefa é formada por agentes das delegacias de Proteção ao Meio Ambiente e de Defesa dos Serviços Delegados, com apoio de outras delegacias da Polícia Civil e do Instituto Estadual do Ambiente.

CLÁUDIO CASTRO

O governador Cláudio Castro (foto) participou, ontem, de uma reunião de trabalho, às margens do Rio Guapiaçu, para monitorar e intensificar as ações que buscam identificar o foco de contaminação por tolueno. Equipes do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) já colheram mais de 170 amostras de água, em mais de 50 locais.

"A área foi isolada. Isso evita que a água bruta com o poluente se aproxime da que será tratada. A água que está chegando na casa da população está apta para consumo, com zero poluente. Agora, nosso objetivo é identificar o foco de contaminação e punir os responsáveis", declarou o governador Cláudio Castro.

Ao longo dos rios Guapiaçu e Macacu está sendo realizada uma investigação confirmatória, a partir da coleta e análise do solo e da água, para auxiliar na definição do local exato do derramamento do poluente.

O monitoramento permanecerá contínuo, acompanhando as oscilações das concentrações de tolueno nos locais já identificados até o momento. Os pontos serão refinados, a fim de localizar com maior precisão o foco da contaminação, e o monitoramento será ampliado, com a finalidade de garantir a inexistência de outras áreas contaminadas.

Participaram da reunião os secretários do Ambiente, Bernardo Rossi, de Gabinete do Governador, Rodrigo Abel, e das Cidades, Douglas Ruas; além do presidente da Cedae, Agnaldo Ballon.

GENOCÍDIO

Israel se retira do sul de Gaza, mas nega pressão dos EUA

O Exército israelense informou no domingo passado, que retirou todas as suas tropas do sul da Faixa de Gaza depois de seis meses de guerra contra o Hamas. Apenas uma brigada ficou no enclave palestino, para assegurar o controle de um corredor usado para incursões no território. O comando militar, no entanto, negou que a manobra tenha relação com a pressão americana e assegurou que os planos de ataque a Rafah seguem de pé.

A decisão foi tomada devido ao esgotamento de todas as operações de inteligência e combate na região, ressaltou o Exército. As autoridades israelenses disseram ainda que 18 dos 24 batalhões do Hamas na Faixa de

Gaza foram desmantelados, o que significa que não funcionam como uma unidade militar organizada, embora ainda existam células menores.

"A guerra em Gaza continua, e estamos longe de parar. As principais autoridades do Hamas ainda estão escondidas. Chegaremos a eles mais cedo ou mais tarde", disse o general Herzl Halevi, comandante do Exército de Israel.

Domingo, em Tel-Aviv, uma multidão novamente protestou contra o governo do primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu - segundo os organizadores, foram 100 mil manifestantes exigindo a antecipação das eleições. O líder opositor Yair Lapid participou de um protesto em

Kfar Saba, antes de seguir para Washington.

RAFAH

Pressionado, Netanyahu voltou a repetir ontem que Israel está a apenas "um passo da vitória" e prometeu que não haverá trégua nos combates até que o Hamas liberte todos os reféns. "Não haverá cessar-fogo sem o retorno dos reféns. Isso simplesmente não acontecerá", disse o premiê.

A Casa Branca disse domingo que a retirada parcial das tropas israelenses do sul da Faixa de Gaza é provavelmente para que seu efetivo possa "descansar e se recondicionar", em vez de uma movimentação para uma nova operação. Caso queira atacar

Rafah, o Exército de Israel precisaria de qualquer maneira convocar novos recrutas.

"Eles estão no terreno há quatro meses, o que percebemos é que estão cansados, precisamos se recondicionar" disse o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, John Kirby, Ao programa This Week, da emissora ABC.

A retirada ocorreu no mesmo dia em que negociadores se reuniram no Cairo para discutir um novo cessar-fogo que envolva a libertação de reféns. O chefe da CIA, Bill Burns, e o primeiro-ministro do Qatar, Sheikh Mohamed al-Thani, se encontram com autoridades egípcias e delegações de Israel e Hamas.

Ataque de Israel mata comandante do Hezbollah; discussão por cessar-fogo em Gaza prossegue

Israel matou Ali Ahmed Hassin, um comandante do Hezbollah, em ataque aéreo na vila de Sultaniyeh, sul do Líbano, ontem. Com isso, o país amplia sua campanha militar contra o grupo apoiado pelo Irã, enquanto as conversas pelo cessar-fogo na Faixa de Gaza dão

sinais de progresso.

O Hezbollah admitiu a morte de Hassin. Militares israelenses o descreveram como um comandante de brigada que havia realizado "vários lançamentos" na direção do território de Israel nos últimos seis meses. Outros dois membros do grupo li-

banês foram mortos.

Os ataques ocorreram horas após negociações de um cessar-fogo e pela libertação dos reféns restantes mantidos pelo Hamas serem retomados no domingo, no Cairo. O diretor da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês), William Burns,

se reuniu com mediadores do Catar. Israel sofre pressão crescente por uma trégua no conflito, em seu sétimo mês. Mas embora o país mantenha conversas sobre um cessar-fogo, continua a atacar inimigos pela região, do Hezbollah e graduados oficiais do Irã na Síria.

ACIDENTE

Naufrágio de barco de pesca em Moçambique mata 96

Pelo menos 96 pessoas, incluindo crianças, morreram em um naufrágio no domingo passado, depois que um barco de pesca que transportava 130 pessoas virou na costa norte de Moçambique. Autoridades seguiam com as buscas por sobreviventes ontem.

"Encontramos mais cinco (corpos) nas últimas horas, o que eleva o balanço a 96 mortos", afirmou Silverio Nauaito, administrador da Ilha de Moçambique, na província de Nampula, onde aconteceu a tragédia. "Os últimos corpos identificados são os de três crianças", disse Nauaito. Não é

fácil dizer com precisão quantos estão desaparecidos, a busca continua."

O barco - que operava entre Lunga, na província de Nampula, e a Ilha de Moçambique - estava superlotado. Algumas pessoas viajavam para participar numa feira enquanto outras tentavam fugir de Lunga para a Ilha de Moçambique com medo de serem contaminadas pela cólera, que tem afetado aquela região nos últimos dias", noticiou um veículo local.

O país da África Oriental registrou 14.877 casos da doença e 32 mortes desde outubro passado, segundo o último número

publicados pelo governo. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Moçambique sofre atualmente o "maior surto de cólera dos últimos 25 anos".

Informações preliminares indicam que o barco virou após ser atingido por uma onda. Vídeos divulgados nas redes sociais mostram dezenas de corpos deitados numa praia da ilha.

"Devido ao fato de o barco estar superlotado e não ser adequado para o transporte de passageiros, acabou afundando", afirmou o secretário de Estado de Nampula, Jaime Neto.

Nota

CONDENAÇÕES INTERNACIONAIS ISOLAM EQUADOR

O Equador começou a enfrentar no domingo passado, uma onda de condenações por causa da invasão da polícia à embaixada mexicana em Quito, que resultou na captura do ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, condenado por corrupção e suborno em dois processos, um deles envolvendo a Odebrecht. A operação policial fez o México romper relações diplomáticas com o Equador, acusado de violar a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, que assegura a inviolabilidade de representações diplomáticas. EUA, União Europeia e países da América Latina criticaram o governo do presidente Daniel Noboa.